



Anais da Assembléia

Nº 90

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 006/95

DATA: 03 de agosto de 1993

SÚMULA: Autoriza o Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR a realizar plebiscito, visando criar o Município de Porto Barreiro, com território a ser desmembrado de Laranjeiras do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a população decida sobre a criação do Município de Porto Barreiro, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as seguintes divisas:

"Partindo da barra do Rio Crim no Rio Iguaçu, sobe pelo Rio Crim até sua cabeceira, dividindo com o Município de Rio Bonito do Iguaçu, deste ponto segue por linha seca, divisa intermunicipal do Rio Bonito do Iguaçu até encontrar o Rio Lambedor, sobe pelo Rio Lambedor, até sua cabeceira nas proximidades da rodovia estadual que liga Laranjeiras do Sul à localidade de Porto Santana, deste ponto segue por linha reta e seca até encontrar a referida estrada estadual na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar a encruzilhada da estrada municipal que liga o Km 8 à localidade de Sertãozinho, segue pela referida estrada na direção de Sertãozinho, mede 2.000 metros pela estrada municipal, segue com deflexão à esquerda e por linha reta e seca até encontrar o Rio Peludo, desce pelo Rio Peludo até sua barra no Rio Tapera, pelo Rio Tapera abaixo até sua barra no Rio Cavernoso, pelo Rio Cavernoso abaixo até sua barra no Rio Iguaçu, pelo Rio Iguaçu, até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.08.95

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 1995

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Al-

borghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o n° CTL/SEEG/129/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 066/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/142/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 176/95, de autoria do Deputado Beto Richa, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/143/95, do Senhor

Curitiba, segunda, em 07.08.95

Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 139/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/144/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 135/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/145/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 136/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/146/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/147/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 125/95, de autoria do Deputado César Seleme, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/148/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 110/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/149/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 078/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° CTL/SEEG/150/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei n° 043/95, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os n°s CTL/SEEG/106 a 127, 131 a 141 e 151 a 155/95, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n°s:

183/95: De autoria do Deputado Valmor

Trentini que, denomina de Vila Rural Felix Lerner a Vila Rural implantada no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.114. **Anote-se - Arquite-se.**

118/95: De autoria do Deputado Anibal Khury, que revalida, até 25/10/95, os efeitos do Concurso Público de Identificador Datiloscópico, conforme o resultado do Edital n° 058/91, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.115. **Anote-se - Arquite-se.**

096/95: De autoria do Deputado Sérgio Spada, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor André Antonio Maggi, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.116. **Anote-se - Arquite-se.**

083/95: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.117. **Anote-se - Arquite-se.**

089/95: De autoria do Deputado Sâmis da Silva, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.118. **Anote-se - Arquite-se.**

098/95: De autoria do Deputado Basílio Zannusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Paranaity, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.119. **Anote-se - Arquite-se.**

239/95: Do Poder Executivo que, altera os anexos 1 e 3, do art. 2° da Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei n° 10.956, de 15 de dezembro de 1994, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.120. **Anote-se - Arquite-se.**

209/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública as Associações de Municípios que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.121. **Anote-se - Arquite-se.**

091/95: De autoria do Deputado Nereu Moura que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Genir Crestani, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.122. **Anote-se - Arquite-se.**

166/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Alaércio

Aparecido de Oliveira, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.123. **Anote-se - Arquite-se.**

250/95: Do Poder Executivo que autoriza o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR a contratar operações de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, até o montante de R\$ 11.000.000,00, destinados ao Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.124. **Anote-se - Arquite-se.**

127/95: De autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário Feminino, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.125. **Anote-se - Arquite-se.**

126/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Vila Sibisa, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.126. **Anote-se - Arquite-se.**

131/95: De autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente, com sede no Município de Araçoti, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.127. **Anote-se - Arquite-se.**

161/95: De autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública a Comunidade do 3° Plano - CTP, com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.128. **Anote-se - Arquite-se.**

023/95: De autoria do Deputado José Maria, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Pais e Amigos dos Talassêmicos (APPAT), com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.129. **Anote-se - Arquite-se.**

111/95: De autoria do Deputado Cesar Selame, que declara de Utilidade Pública a Associação Platinense dos Deficientes Físicos de Santo Antônio da Platina, com sede e foro neste Município do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.130. **Anote-se - Arquite-se.**

115/95: De autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAN, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.131. **Anote-se - Arquite-se.**

120/95: De autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Criança Feliz, com sede e foro no Município de Pitangueiras, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.132. **Anote-se - Arquite-se.**

168/95: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual, o "Orfanato Vivenda Renascer", com sede no Município de Fazenda Rio Grande - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.133. **Anote-se - Arquite-se.**

155/95: De autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense do Município de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.134. **Anote-se - Arquite-se.**

173/95: De autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública a "Igreja Assembléia de Deus" - Curitiba (Novo Mundo), com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.135. **Anote-se - Arquite-se.**

142/95: Do Poder Executivo, que dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei n° 9.579, de 22 de março de 1991, alterada pela de número 10.014, de 29 de junho de 1992, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.136. **Anote-se - Arquite-se.**

189/95: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.557.250,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.137. **Anote-se - Arquite-se.**

190/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.669.500,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.138. **Anote-se - Arquite-se.**

191/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 11.225.816,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.139. **Anote-se - Arquite-se.**

232/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.140. **Anote-se - Arquite-se.**

233/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 conforme especifica, o

qual convertido em Lei tomou o n° 11.141.
Anote-se - Arquivo-se.

234/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.142.
Anote-se - Arquivo-se.

235/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.143.
Anote-se - Arquivo-se.

236/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.144.
Anote-se - Arquivo-se.

237/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 8.771.858,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.145.
Anote-se - Arquivo-se.

249/95: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 874.647,00 conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.146.
Anote-se - Arquivo-se.

179/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia do Técnico Industrial no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 23 de setembro, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.147.
Anote-se - Arquivo-se.

174/95: De autoria do Deputado Beto Richa que, autoriza a doação do veículo que especifica, ao Município de Conselheiro Mairinck, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.148. **Anote-se - Arquivo-se.**

124/95: De autoria do Deputado Cesar Selene que autoriza o Poder Executivo a criar e assegurar a manutenção de lares para crianças, adultos e idosos portadores de deficiência em estado de abandono, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.149.
Anote-se - Arquivo-se.

031/95: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao § 2º, do artigo 16, da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.150. **Anote-se - Arquivo-se.**

014/95: De autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe que a rodovia 482, ligando Pato Branco a Francisco Beltrão, passa a denominar-se Deputado Sebastião Rodrigues Junior, o qual convertido em Lei

tomou o n° 11.151. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o n° 031/95, do Senhor Valmir Zaias Cosechen - Juiz Eleitoral da 29ª Zona

Boletins de Urna e Ata Geral de Apuração, do Plebiscito de 25.06.95, para criação do Município de Guamiranga. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATCC 934/95, do Senhor Antonio Claret de Rezende - Chefe da Casa Civil em exercício, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "gastos relacionados com o primeira Vila Rural implantada no Estado." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 227/95, da Senhora Cila Schulman - Secretária de Estado da Comunicação Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre "gastos relacionados com o primeira Vila Rural implantada no Estado." **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 361/95, do Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Edno Guimarães, que pede esclarecimentos sobre "ICMS Ecológico". **Ao Conhecimento do Deputado interessado.**

Sob o n° 550/95, do Senhor Edson Luiz Vidal Pinto - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Péricles de Holleben Mello, que pede esclarecimentos sobre "denúncias de ofensas às normas contidas na Medida Provisória 935/95, de 01/03/95". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1758/95, do Senhor Quiélse Crisóstomo da Silva - Presidente em exercício do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "legalidade da posse do Senhor Edson Repinowski, no cargo de oficial de controle". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 224/95, da Senhora Cila Schulman - Secretária de Estado da Comunicação Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "critério utilizado para escolha das três empresas contratadas para prestar serviço

no VI Seminário Brasil/Alemanha de cooperação empresarial, realizado em Hannover". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° SEEG/GS/058/95, do Senhor Giovanni Gionédís - Secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Emerson Nerone, que pede esclarecimentos sobre "possibilidade do Governo atender a Prefeitura Municipal de Rebouças". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 0682/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações pelos Deputados José Maria e Ricardo Chab, que pede esclarecimentos sobre "reajuste concedido a secretários de Estado e assessores especiais". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 0768/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Irineu Mário Colombo, que pede esclarecimentos requerido pelo Deputado Irineu Mário Colombo, que pede esclarecimentos sobre "paralisação das obras de pavimentação das margeantes da BR-277 no Município de Medianeira". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 0803/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Irineu Mário Colombo, que pede esclarecimentos sobre "paralisação da obra de pavimentação da estrada Bituruna/Porto Vitória". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 0669/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre "dotação de verbas e licitação realizada no Governo Álvaro Dias, para construção e pavimentação de rodovia interligando o Município de Ubatuba com o Distrito de Yolanda". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 0739/95, do Senhor Fernando Ribas Carli - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Toti Colaço, que pede esclarecimentos sobre "obras de asfaltamento do trecho Inácio Martins/Guamirim". **Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na condição de Presidente da CPI dos Bingos, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a prorrogação do prazo da mesma, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar pela morte de Danieli Sena Cândido, na cidade de Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elisabeth Schimidt.

Pessoa de grande número de amigos, deixa a família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Paula Xavier, 1360, 2° andar, Centro, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2046

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Adolpho Moro, em 16/07/95.

Pessoa com grande número de amigos,

deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua João Padre Lux, 240, Centro, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2039

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Padre Paulo Iubel, Vigário da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe e que no último dia 07 de julho passado comemorou 32 (trinta e dois) anos de ordenação sacerdotal.

Trata-se de um grande pastor católico, comunicador da fé cristã, tendo granjeado a simpatia, o carinho e a admiração de milhares de fiéis ao longo desta sua jornada religiosa. Que Deus abençoe e continue a iluminar seu caminho, para a graça de tantos e milhares de seus paroquianos e amigos!

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Atílio e Lázara Manfredine que completou 70 anos de feliz união conjugal, renovando o seu propósito de amor e fidelidade à Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2042

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, envio de vo-

tos de congratulações à direção, corpo médico e funcionários do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, pelas comemorações do 34° aniversário.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Clínicas atende mais de 1.000 (mil) pacientes por dia de vários estados e até do exterior em 40 especialidades médicas e cirúrgicas, em seus 223 ambulatorios.

O serviço de transplante de medula óssea é o grande destaque do Hospital de Clínicas que vem realizando procedimentos inéditos na América Latina. Atualmente o Hospital responde por 50% dos transplantes realizados no País, graças a uma equipe multidisciplinar de 130 profissionais entre médicos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, odontólogos e enfermeiros.

Pela sua alta qualidade de serviços e por ser exemplo de medicina em diversas áreas o seu 34° aniversário deve ser amplamente comemorado.

REQUERIMENTO N° 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor e aplauso à Soka Gakkai International, na pessoa do seu Presidente Doutor Daisaku Ikeda, pela promoção da Exposição "Desenhos das Crianças do Brasil e do Mundo", em Curitiba, proporcionando dessa forma que o maior número possível de paranaenses possam refletir sobre a busca infantil de um futuro melhor, baseado na paz mundial.

Outrossim, requer, da decisão desta Casa de Leis, se dê ciência aos Senhores Eduardo Taguchi, Presidente da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional, Rua Tamandaré, 984, Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.626-000, e Doutor Daisaku Ikeda, Presidente da Soka Gakkai International, 15-3, Samoncho, Shinjuku-Ku, Tókyo 160, Japan.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Idealizada pelo seu Presidente, Dr. Daisaku Ikeda, esta exposição é um dos trabalhos de iniciativa da SGI - Soka Gakkai International e da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, com o objetivo de divulgar a criatividade e o grande potencial das crianças e a sua visão com relação ao futuro e o mundo, despertando-as para sentimentos positivos como esperança, confiança, paz e felicidade.

No âmbito internacional esta exposição

é promovida pela SGI e a UNESCO, sendo composta de cerca de 400 trabalhos selecionados entre mais de 55.000 desenhos enviados à SGI no Japão por 108 países e territórios do mundo. Sua primeira mostra foi realizada em Tóquio em 1988 e seguiu excursionando por várias localidades do Japão, indo depois para o Canadá (Montreal e Toronto) Paraguai, Malásia, Cingapura, Hong Kong, Moscou, Tailândia e Vietnã, sendo vista por aproximadamente 1 milhão de pessoas durante esses últimos anos.

Promovida conjuntamente com o MEC - Ministério da Educação e do Desporto, a edição brasileira conta com o apoio da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Infância e do UNIC - Centro de Informação das Nações Unidas, reunindo 530 obras selecionadas dos 11.500 desenhos desenvolvidos pelos alunos de 3.^a e 4.^a séries de 53 instituições de Ensino Fundamental Brasileiro representando cinco regiões do País, registrando sua visão sobre o Brasil, o mundo e o futuro, e seu potencial para a construção de uma sociedade melhor. A primeira mostra no Brasil foi instalada em São Paulo em 1994, sendo vista por um público de mais de 55 mil pessoas e 160 escolas.

REQUERIMENTO N° 2050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de aplauso ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manoel Martins de Oliveira, pela determinação de retirada dos Policiais Militares que faziam serviços de vigilância particular em órgãos públicos estaduais e empresas de economia mista, submetendo-se ao disposto nos artigos 144, § 5° da Constituição Federal e 48 da Constituição Estadual, que definem a função institucional da Polícia Militar.

Requer da decisão desta Casa de Leis, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Quando o governo impôs que a Polícia Militar do Estado do Paraná assumisse a missão de substituir as empresas particulares prestadoras de serviços de segurança, o fez, tão somente por "razões de economia particular do governo". Enfim, designou-se policiais para onde eram desnecessários, retirando-os de onde realmente são imprescindíveis, afrontando as disposições dos artigos 144, § 5° da Constituição Federal, e 48 da Constituição Estadual, que definem a função institucional

da Polícia Militar.

Com a determinação, corrige-se grave falha administrativa, reinserindo a Polícia Militar numa política de legalidade e respeito às suas funções institucionais.

Enquanto policiais militares eram desviados para atividade de guarda particular, substituindo indevidamente e desnecessariamente a iniciativa reconhecida "por realizar trabalho de qualidade", o próprio Comando Geral da Polícia Militar, em documento reservado, afirmava não dispor de condições sequer para o desempenho das funções próprias da corporação.

Essa decisão consagra o sucesso de uma luta intensa travada tanto na área judicial (onde o governo recebeu ordem liminar no sentido de recolocar os policiais em suas funções próprias), como na área política, onde várias gestões foram realizadas.

Louve-se, portanto o procedimento de acolher o que dispõe a Constituição Federal e a Constituição Estadual, sobre a "função institucional da Polícia Militar".

REQUERIMENTO N° 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de solidariedade à Colônia Nipônica Brasileira pela perda imediata de 210 mil vidas, além de meio milhão de pessoas que tiveram sua existência abreviada pelas seqüelas da radiação nuclear, em Hiroshima, há exatamente 50 anos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Colônia Nipônica Brasileira.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Há 50 anos o cogumelo atômico disseminou o horror pelo Japão, confirmando o início da era nuclear.

É preciso que, mais que cerimônias celebrando e reverenciando os mortos, o mundo perceba os efeitos devastadores que os testes nucleares que a França e a China querem retomar possam ter sobre a atmosfera, atingindo a todos nós.

No terrível dia 06 de agosto de 1945 às 08:15 horas, cerca de 80% dos habitantes de Hiroshima morreram no ato. Os que sobreviveram ficaram traumatizados pelo resto da vida. São hoje, conhecidos como os "Hibakuscha", os sobreviventes da bomba.

REQUERIMENTO N° 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de

Curitiba, segunda, em 07.08.95

congratulações pelo centenário da imigração ucraniana em Prudentópolis.

Outrossim, solicita que da decisão da Mesa, encaminhe-se cópia à Comissão Organizadora do Centenário da Imigração Ucraniana em Prudentópolis, ao Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) JOÃO TECHY FILHO

Prefeito

Markiano Antônio

Prefeitura Municipal de Prudentópolis

Rua Rui Barbosa, n° 801

CEP 84400-000 - Prudentópolis - PR

Presidente da Câmara

Elzevir Saviski

Câmara Municipal

Rui Rui Barbosa, n° 845

CEP 84400-000 - Prudentópolis - PR

Presidente da C.O.C.I.U.

Nadia Morskei

Rua Cândido de Abreu, n° 1460

CEP 84400-000 - Prudentópolis - PR

REQUERIMENTO N° 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Polícia Militar do Paraná, pelo transcurso do 36° aniversário de fundação do Colégio Felipe de Sousa Miranda - Colégio da Polícia Militar.

O Colégio da Polícia Militar é uma entidade voltada para os princípios da hierarquia e disciplina, que ao longo desses 36 anos vem formando cidadãos, investindo no desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes. O serviço que presta à comunidade, de Curitiba e do Paraná, é inestimável e merece o louvor desta Casa de Leis e as congratulações pelo transcurso de tão importante data.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Cel. Daniel Cesar Maingué, DD. Comandante Geral da PMPR e ao Senhor Major Neuri Pires de Oliveira, Comandante do CPM.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o duto Plenário, REQUER, ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, rigor na apuração de responsabilidade do assassinato do estudante universitário Luciano Sal-

kovski.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a brutalidade do assassinato, e da confissão do Tenente PM Demétrius Lobo, entendemos que cabe agora medidas imediatas de esclarecimento a população que se encontra chocada com esta brutalidade inexplicável.

A confissão do Tenente Lobo, ao delegado Gerson Machado, de que montou uma farsa para incriminar Luciano e outros ocupantes do veículo, demonstra o mau caráter do militar, bem como comprova a premeditação.

Sendo assim, exigimos do Governador Jaime Lerner e do Secretário de Estado da Segurança Pública Candido Martins de Oliveira, RIGOR na responsabilidade deste crime hediondo. É nosso dever e obrigação.

REQUERIMENTO N° 2029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da Rodovia Intermunicipal que liga os Municípios de Douradina, Maria Helena e Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jessé Batista Correa, Prefeito Municipal de Maria Helena (Praça Brasil, 1690); Vereador Sebastião de Mendonça Xavier Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Maria Helena (Av. Paraná, 1690 - CEP 87480-000); Senhor Manoel R. de Oliveira, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470); Vereador Herminio França de Oliveira Filho, Presidente da Câmara Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 320 - CEP 87485-000); Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080); Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - conj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão, pretende a pavimentação asfáltica da Rodovia Intermunicipal, ligando os Municípios de Douradina, Maria Helena e Umuarama, saindo pela Vila Formosa, passando pelos Distritos de Carbonera, Vila União, Alto Alegre e Três Placas até a Rodovia Umuarama - Serra dos Dourados.

Tal pavimentação atenderá os anseios daquela população que necessita dessa obra, haja vista as dificuldades que enfrentam no tráfego, transporte da produção agrícola, transporte escolar, enfim, no trânsito de um modo geral sempre que haja necessidade de deslocamento para as localidades mencionadas.

REQUERIMENTO N° 2030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação da Patrulha Mecanizada para o Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); ao Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá 4863, CEP 87502-080); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 300 - 1° andar, cj. 101, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta objetiva a liberação da patrulha mecanizada para Umuarama, haja vista a necessidade de manter em condições favoráveis de tráfego as suas rodovias.

Desta maneira, é imprescindível a colaboração desta Pasta, no sentido de colocar na programação o referido município.

REQUERIMENTO N° 2031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Armando Martinho Raggio, Mui Digno Secretário de Estado da Saúde, objetivando a liberação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e manutenção do Hospital Municipal de Francisco Alves.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Delapria, Prefeito Municipal (Rua Jorge Ferreira, 627 - CEP 87570); e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - 1° andar, Umuarama - CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Municipal de Francisco Alves, é o único hospital em funcionamento numa cidade que conta com mais de 9 mil habitantes.

O Município está procedendo a reforma

geral e ampliação nas instalações do mesmo, com a construção de duas novas enfermarias e dois apartamentos, cuja obra já se encontra em fase de acabamento. Por falta de recursos financeiros para aquisição de equipamentos necessários ao novo porte do hospital, torna-se indispensável a colaboração dessa Pasta.

REQUERIMENTO N° 2032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Umuarama, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130) ao Vereador Genesio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863, CEP: 87502-080); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Umuarama, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Xambrê, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Lopes, Prefeito Municipal de Xambrê (Praça Des. A. F. Costa, 236) ao Vereador José Francisco de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Av. A. J. Byington, s/n) CEP: 87535-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av.

Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Xambrê, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de São Jorge do Patrocínio, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Aparecido Faleiros, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (Rua Mal. Cândido Rondon, 164) ao Vereador José Avelino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua D. Manoel, s/n) CEP: 87555-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1º andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de São Jorge do Patrocínio, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

REQUERIMENTO N° 2035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Valentin Thissen, do Município de Catanduvas-PR.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Valentin Thissen, foi um dos pioneiros em Catanduvas. Homem de boa índole, acreditou e não mediu esforços para ajudar no desenvolvimento e progresso do município. Formou sua família, baseada nos princípios da honradez, respeito e honestidade. Professor, fez do seu trabalho, a marca registrada do seu modo de vida.

Infelizmente o passamento do Senhor Valentin Thissen, deixou uma marca profunda na sociedade Cataduvense que jamais será esquecida. A sua maneira gentil e leal de ensinar, não se apagará jamais da memória de todos que tiveram o privilégio de ser seu aluno.

Que Deus reserve um lugar distinto para esse companheiro, que marcou sua passagem por esta terra de forma positiva.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Thissen, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig Secretário de Estado da Educação, solicitando cópia dos convênios firmados entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Uraí, referentes às escolas estaduais Jean Fumiere, João Ribeiro Júnior e Paulo Mozart Machado, informando, ainda, as datas das respectivas liberações e os valores de cada liberação.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao IAPAR, pelos 23 anos de relevantes serviços prestados a comunidade, destacando o sucesso tecnológico conseguido pela Instituição, que colocou o nosso Estado a níveis de competitividade, não só no âmbito nacional, mas também no âmbito internacional, ao ponto de merecer o reconhecimento da ONU.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Weissópolis, que pedem reparos urgentes nas ruas por onde passa linha de ônibus. As ruas estão totalmente esburacadas, bem como as demais que encontram-se em total abandono.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2044

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (Art. 129 e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Doutor Ramiro Wahrhaftig, M. D. Secretário de Estado da Educação, solicitando um laboratório para o Colégio Estadual José de Anchieta, Distrito de Graciosa, Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) VALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal (art. 205) esclarece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa; seu trabalho para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação, através das ações do Poder Público buscam a erradicação do analfabetismo, universalidade do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do País (art. 214, CF).

As dificuldades por que passam as instituições de educação é notória, mas no Colégio Estadual José de Anchieta, no Distrito de Graciosa - Município de Paranavaí é ainda maior.

Este colégio sente a falta de um laboratório para auxiliar nas aulas práticas.

Vale ressaltar que este é o primeiro ano que são ministradas aulas para o 2° Grau em turmas de Educação Geral.

Por isso reivindica de Vossa Excelência o fornecimento de 01 laboratório para o Colégio Estadual José de Anchieta no Distrito de Graciosa, Município de Paranavaí.

REQUERIMENTO N° 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de Uni-

dade Escolar com 4 salas de aula e 1 (uma) sala para Educação Especial no Distrito de Guamiranga, no Município de Ibituva.

A presente solicitação se deve ao fato de o Distrito de Guamiranga ser populoso, e o número de salas de aula existente é insuficiente para atender a demanda escolar.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de material esportivo à Escola Estadual de Guaraúna, Município de Teixeira Soares.

Trata-se de solicitação da Diretora da Escola Estadual de Guaraúna, Senhora Mariza de Jesus Gruba, a qual sonamos o nosso apoio.

Sala das Sessões, em 07.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão de rodovias estaduais em leito natural, no Programa "Caminhos da Educação e Desenvolvimento", para pavimentação asfáltica.

Rodovias/Municípios:

1. Campina da Lagoa: Herveira e Bela Vista do Piquiri, ligando a sede do Município;
2. Barbosa Ferraz: Ligação de Ourilândia, Cobumbataí do Sul a sede do Município de Barbosa Ferraz e Campo Mourão, pela PR 549;
3. Mariluz: Ligação da sede do Município e São Luiz e Água Branca.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A divulgação do Programa "Caminhos para Educação e Desenvolvimento", desenvolvido pela Secretaria de Estado dos Transportes, tem despertado interesse em diversos Municípios, objetivando a participação no referido programa.

As rodovias destacadas em nosso Requerimento, ligam importantes regiões no in-

Curitiba, segunda, em 07.08.95

terior dos Municípios de Campina da Lagoa, Barbosa Ferraz e Mariluz, levando assim desenvolvimento e progresso àqueles municípios.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 283/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a "Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná", integrada pelos seguintes municípios: Jussara, Cianorte, São Tomé, Terra Boa, Japurá, Indianópolis, Rondon, Guaporema, Cidade Gaúcha, São Manoel do Paraná, Tuneiras do Oeste e Tapejara.

Art. 2° - Fica designada para sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Estado do Paraná - AMENORTE, a Cidade de Cianorte.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.08.95

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com a instalação de órgãos representativos do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal no Município de Cianorte, os trabalhos dos prefeitos da região serão imensamente facilitados nas soluções de problemas comuns, favorecendo e agilizando os projetos inerentes a esses municípios. A criação desta microrregião é de alta importância a todas essas comunidades, visto que as mesmas estão ligadas a AMERIOS, sendo composta por mais de 03 (três) dezenas de municípios, cuja sede situa-se em Umuarama. Tal desmembramento carreará inúmeros benefícios para os mais diversos setores das administrações municipais.

Outrossim, a cidade de Cianorte, futura sede da "AMENORTE" já está servida por Núcleos Regionais das Secretarias da Educação, do Emprego e Relações do Trabalho, da Saúde (prédio próprio), CIRETRAN (prédio próprio em construção), EMATER (prédio próprio) e Delegacia de Polícia Regional; e na área Federal, Junta de Conciliação e Julgamento (prédio próprio), Tiro de Guerra (prédio próprio) e Agência do INSS (prédio próprio).

Cianorte polarizará a região que conta com cerca de 200.000 habitantes e está distante das cidades de Umuarama (AMERIOS) 80 Km; Paranavaí (AMUNPAR) 90 Km; Maringá (AMUSEP) 70 Km e Campo Mourão (COMCAM) 70 Km.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes

de passarmos ao Pequeno Expediente, é com satisfação que a Mesa Executiva registra em nosso meio a presença do ilustre Deputado Federal Ricardo Barros, acompanhado de sua esposa Cida e outros amigos.

Concedo a palavra por cinco minutos, no Pequeno Expediente, ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs..

Recebemos, com espírito aliviado, a notícia de que não haverá renovação do convênio que impôs à Polícia Militar do Paraná a obrigação de realizar a vigilância bancária. Corrige-se, desta forma, uma falha administrativa grave e restaura-se a ordem jurídica, afrontada por uma decisão, bem a intencionada, que transformou a Polícia Militar, em guardas particulares.

Sinto-me especialmente gratificado com esta decisão porque desde que ela foi adotada lutei pela sua revogação, e o fiz baseado em disposição constitucional que define as funções do Estado. E, ao fazê-lo, a nossa Constituição no parágrafo 5° do seu Artigo 144, definiu a função da Polícia Militar, dizendo que a ela compete a polícia ostensiva e a defesa da ordem pública.

Também a Constituição do Estado repete essa redação no sentido de firmar a função precípua da Polícia Militar como defensora da ordem pública e também como defensora autorizada a realizar o policiamento ostensivo.

A proteção das pessoas físicas, do seu povo, dos seus bens e atividades há de ser exercida, segundo nosso ordenamento jurídico, pela Polícia Militar, como polícia ostensiva, na preservação da ordem, entendendo-se polícia ostensiva a instituição policial que tem o seu grande identificado na sua autoridade pública simbolizada na farda, equipamento, armamento e viatura.

O Estado assim tem o dever, a missão de promover a Segurança Pública e de mantê-la sempre íntegra, não podendo utilizar soldados dos quadros da Polícia Militar para outros serviços, mesmo que em empresas de economia mista, em detrimento da população.

É importante ressaltar, no momento em que comentamos a restauração de uma falha cometida contra o esquema de Segurança e contra a instituição da Polícia Militar, que isso sirva de lição para que outros gestos dessa natureza não se repitam. A Polícia Militar como as nossas instituições encarregadas da Segurança, devem ser respeitadas, respeitadas não apenas na sua integridade, mas respeitadas também no seu

direito de ser tratada com dignidade.

Aproveito aqui para lembrar a importância de darmos à Polícia Militar um tratamento jurídico à altura de seu valor. Há muito tempo que os policiais militares reclamam um tratamento condigno, há muito tempo que os policiais militares reclamam a revisão daquele seu arcaico estatuto, um instrumento do tempo, do regime militar que só serve para fazer dos militares uma espécie de escravo fardado, submetido aos caprichos de seus superiores.

Por isso, deixamos aqui a lembrança no sentido de que o comando da Polícia Militar remeta a esta nova lei orgânica da Polícia Militar e que o Governo do Estado dê uma política salarial aos nossos policiais militares, estendendo a eles as mesmas vantagens dadas aos policiais civis e inclusive vantagens como TTD e regulamentação do seu horário de trabalho.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar ainda a necessidade de que os policiais militares não sejam perseguidos no seu trabalho em função de cumprir o seu dever.

Temos notícias de que o comando da Polícia Militar tem atendido ingerências externas determinando o afastamento dos Policiais, desde que assim exigem os comandos políticos regionais. É bom lembrar que nos tempos de 64, vários policiais foram afastados de suas funções para atender esses famigerados comandos políticos e o que resultou numa onda de corrupção desenfreada pela qual nós pagamos até hoje.

Portanto, neste momento em que o Governo Jaime Lerner prega uma política de respeito gostaríamos de ressaltar a necessidade de respeito das instituições e que este respeito fosse dado a Polícia Militar, dotando de um estatuto moderno, de acordo com a exigência dos novos tempos e dando aos policiais salários e tratamentos condignos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Deputado Joel Coimbra usou parte do espaço da Liderança do PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, queria se fosse possível e regimental já incluir o Horário da Liderança do PMDB, porque eu também concederei apertes nesse horário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz a Tribuna nesta tarde, é relatar uma reunião que aconteceu nesta Casa no período da manhã, da CPI dos Bingos, brilhantemente presidida pelo ilustre Deputado José Tavares, na qual compareceram os membros da CPI Deputados Jocelito Canto, Emerson Nerone, Reny Borsatto e ainda o

relator Valdir Rossoni.

Esta reunião foi a primeira que eu consideraria extremamente importante para a CPI dos Bingos, ausente estava, mas nós estávamos substituindo o Deputado Caíto Quintana que tem conduzido esta CPI com muita seriedade e serenidade e hoje acho que nós começamos a encontrar a ponta do novelo que envolve esta grande maracutaia que está sendo feita no Brasil inteiro amparada nesta famosa Lei Zico, na verdade hoje ficou constatado que o que prevalece no desenvolvimento desta modalidade não é a Lei Zico, mas sim a Lei Gerson, a Lei de levar vantagem em tudo, porque ficou evidente, só num dos clubes aqui que está realizando esta modalidade de bingo permanente na capital e isto considerando como bem disse o Deputado Emerson Nerone, considerando que os números que eles nos forneceram são verdadeiros. Para os senhores terem uma idéia, o Governo tem que tomar providências urgentes no sentido de regulamentar a Lei 11.035 que foi votada, aprovada e sancionada pelo governador, porque vejam bem Deputados, 65% das verbas são para os prêmios, 35% é destinado ao clube e a empresa promotora.

Ora, o que é que está acontecendo. Para que os Senhores tenham uma idéia, o clube no caso, essa Cristal Palace que funciona na Visconde de Guarapuava, só no mês de março teve uma receita e isso ele declara só uma receita proveniente da venda de cartelas, teve uma receita de 520 mil reais.

Agora, pasmem os Senhores, sabem quanto que o Clube que é o Morgenau levou para emprestar o seu nome a promoção, para fomentar o esporte amador nas suas modalidades olímpicas? 7 mil reais, 1,3% do total arrecadado que foi destinado ao clube sabem lá Deus se o clube aplicou isso mesmo ainda para o desenvolvimento do Esporte.

Por isso não tenho a menor dúvida, estou profundamente convencido que a queda do sigilo bancário dos gerentes dessa empresa que é Expansão Promotora de Eventos Artísticos e dos Diretores da Sociedade Morgenau, deve ser feito, nós temos que abrir as contas dessa gente, para apurar quem é que está ganhando mesmo com isso.

Nós verificamos já o faturamento deles declarado, fora a bilheteria que eles não divulgam, a bilheteria é uma coisa incrível, Deputado Luiz Carlos Zuk.

Eles dizem o seguinte que em março, 5.889 pessoas pagaram o ingresso e mais 15 mil entraram como convidados.

O que faria com que no mínimo, cada um que comprou as 374 mil cartelas que eles venderam, pudessem no mínimo jogar as 20 cartelas no mês em média.

Nós sabemos hoje inclusive nós perguntamos a um dos representantes da empre-

sa, se havia oferta concreta daquele automóvel que é sempre sorteado, porque uma rodada não é suficiente para pagar o prêmio, ou seja, a casa banca o prêmio.

Então na verdade há muitas irregularidades e devem ser investigadas.

Agora eu quero confessar aos Senhores aqui, uma profunda decepção que estou tendo com o Governo do Estado do Paraná.

Porque nós votamos nesta Casa de Leis, para cobrar ICMS da venda da Cartela, aprovamos essa Lei, aprovamos essa Lei, foi ao Governador e ele sancionou e mandou o famoso Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Salomão, que se der duas tartarugas para ele cuidar, uma delas, seguramente escapa.

Até hoje o Estado não está cobrando ICMS dos Bingos, 7% de uma Receita que está estimada em todo o Paraná, de 7 milhões e meio de reais por mês, dinheiro que o Governo do Estado está abrindo mão e eu não consigo entender qual é a lógica, quem é que está ganhando com isso, quando o Estado não regulamenta a Lei nº 1135 e não regulamentou a Lei que criou o ICMS.

Por isso Senhores Deputados, nós seguramente na CPI, sob a Liderança do Deputado Caíto Quintana, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, com os membros que compõem a CPI, certamente vamos investigar as irregularidades.

Mas é preciso que o Governo acorde e faça a sua parte, porque não é possível essa jogatina continuar e o Governo ficar de braços cruzados.

Concedo um aparte ao Deputado Emerson Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Romanelli, acho que a importância que tem que ser ressaltada hoje, fazendo uma análise do depoimento dos donos do Cristal Bingo, cuja empresa Expansão Promoção e Eventos, é de que em seis meses, um dos maiores bingos do Estado do Paraná, jogatina, cassino, como pode ser chamado, mas aqui se chama Bingo, passou 30 mil reais no máximo, nos seis meses somados, passou somente trinta mil reais para a empresa Sociedade Morgenau para promover os esportes olímpicos.

Isso quer dizer que se esses números são reais, partindo do pressuposto que toda a contabilidade deles é real, não existe sonegação, então esses números provam para a gente que os bingos do Paraná, têm que acabar, ou a gente descobre qual é o nível de sonegação e aonde está indo esse dinheiro todo, quem está enriquecendo ou então, a gente, acreditando nos números que nos apresentam, a gente teria de urgentemente acabar com a jogatina no Estado do Paraná, porque a gente tem que lembrar que paralelo aos bingos, funciona todo um

esquema, assim como no mundo todo, um esquema e a máfia sempre esteve por trás, com drogas e outras coisas e, partindo do espírito da Lei Zico que é promover o esporte amador, se esses números forem reais, ele não está cumprindo isso e por outro lado, estamos tendo uma jogatina fantástica no Paraná.

Gostaria de lembrar que os números foram na ordem de dois milhões e cem mil reais, e entraram nos cofres do Cristal Bingo e no máximo, trinta mil reais foram passados ao esporte amador.

Quero crer que se a Lei Zico tinha, no artigo 57 o objetivo de implementar o esporte no Brasil, ela nunca imaginou que o índice seria tão baixo que chegasse a 1,3 ou 1,4 do total arrecadado.

É vergonhoso nós, num estado de direito, num estado democrático como o Brasil, percebermos uma lei burlada com tal descaso, pelas autoridades competentes e Vossa Senhoria se pronunciou muito bem com relação à Secretaria da Fazenda, no tocante à não cobrança dos impostos, devidamente.

O SR. ROMANELLI - Muito bem, Senhor Presidente, este registro que fazemos aqui nesta tribuna, é para ver se o governo acorda.

Espero que o Governo do Estado, Deputado Algaci Túlio faça a sua parte no tocante à sua fiscalização.

Esta Casa aqui está cumprindo as suas tarefas. Espero que o Senhor Salomão acorde e invés de fazer muitas vezes, como tem feito, no interior do Paraná, devassa fiscal, pressão em cima de pequenas empresas como eu vi hoje gente reclamando, cobre impostos de quem pode e deve pagar.

Por isso Senhor Presidente, quero ver se ainda nesta semana eu apresento nesta Casa um projeto de lei criando mecanismos que assegurem que Bingos do Paraná, para fortalecer o esporte amador, garantindo uma parcela expressiva dos recursos para os clubes, para que unicamente os clubes reconhecidamente, que fazem um trabalho sério, possam promover esses bingos. Que a SERLOPAR só conceda autorização de funcionamento e autorize efetivamente a realização de bingos, vinculados a clubes sérios.

Recebi outro dia, uma reclamação do Presidente do União Bandeirantes, Senhor Serafim Meneguel dizendo que na verdade o que acontece no norte do Paraná é que os clubes do norte são procurados por empresas de São Paulo para se agregarem e, através dos meios eletrônicos, promoverem os bingos.

Eu vi, os Senhores viram na empresa, eu, embora atleticano, me solidarizei com o Curitiba que realizou um Bingo e teve

prejuízo. Por quê?

Porque seguramente não usou os esper-talhões que estão aí para ganhar dinheiro e muito dinheiro e fazem aqui no Paraná o que querem.

Por isso, é preciso delimitar territo-rialmente a utilização da concessão do funcionamento do bingo para que o dinheiro fique onde está sendo arrecadado, dinheiro da poupança popular, que está sendo utili-zado e devolvido socialmente, para fomen-tar o esporte amador. Por isso Senhor Pre-sidente, Senhores Deputados, quero para-benizar os Deputados componentes e antes de terminar concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Romanelli enquanto V.Exa. fazia o pronunciamento sobre a reunião desta manhã, onde nós partici-pamos, e mais o momento em que a CPI se une e discute os assuntos da CPI do Bingo, eu estava conversando, aqui, com a assessoria do Zico que é o criador da Lei que favorece o esporte amador e há dias temos tentado falar com ele e não conse-guimos. Mas, há poucos instantes conver-sando com um dos assessores dele, ficou determinado que vamos remeter para ele, um fax, contando sobre o que está acontecen-do. E o assessor dele já nos dizia que não é só no Paraná, no Brasil inteiro está as-sim e o Zico está preocupado. Vamos à tar-de mandar um fax em nome da CPI pedindo para que ele venha ao Paraná. Se ele não puder vir aqui nem que ele possa responder às nossas indagações por gravação. Para que ele possa explicar a Lei Zico e que a gente possa estar bem por dentro dela para poder discutir.

Então estamos há vários dias tentando conversar com o Zico para que ele, venha, aqui, explicar e agora surgiu essa oportu-nidade. Quero lhe cumprimentar pelo pro-nunciamento. Acho que tem muita coisa er-rada nos bingos, tem muita gente ganhando dinheiro e o verdadeiro interessado - que é o esporte amador, que são os clubes não estão ganhando absolutamente nada. Há mui-ta maracutaia por parte disso e isso tem que ser devidamente esclarecido. Acho que o caminho da CPI está certo trazendo as pessoas. Esse pessoal desse bingo que veio hoje pela manhã aí nem sabia como funciona o bingo, trouxeram um advogado para expli-car, um professor para explicar como funciona o bingo. Eles não sabem de nada! Quer dizer, o dono do bingo não sabe de nada. Então tem muita gente profissional ganhando dinheiro do amador.

O SR. ROMANELLI - Concedo aparte ao Depu-tado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Inicialmente quero

sugerir ao Deputado Jocelito Canto que o Zico venha numa quarta-feira para termos uma partida de futebol dos Deputados com a presença do nosso querido Zico.

Deputado Romanelli, a Lei Zico quando foi discutida e evidentemente aprovada em Brasília, ela tinha objetivos os mais de-fensáveis possíveis. Porque ninguém mais do que o nosso grande jogador Zico - na ocasião Ministro Extraordinário dos Espor-tes - sabia da necessidade que tem o setor desportivo do país em termos de recursos. Então cabe a nós louvar a iniciativa dele de tentar, através de uma legislação, es-tabelecer perspectivas e o caminho para que o desporto em toda sua amplitude pu-desse obter recursos. Posteriormente sabe-mos que o Governo do Paraná, se não me fa-lha a memória através do Governador Mário Pereira, baixou um decreto regulamentando no Estado o funcionamento tanto dessas ca-sas de bingo, como também, a realização de bingos por igrejas, clubes de futebol ou coisa parecida. Na sequência tivemos um Projeto de iniciativa do Deputado Anibal Khury - que foi discutido, votado e apro-vado, foi ao Governador Mário Pereira e ele não o sancionou.

É bom que a Casa saiba disso, resti-tuiu-o à Assembléia e como determina o Re-gimento da Casa e a Constituição do Es-tado, nós, na condição de Presidente, ti-vemos que promulgar aquela Lei que havia sido restituída à Assembléia Legislati-va.

O Governador Mário Pereira não san-cionou e nem vetou o Projeto, restituiu-o à Assembléia e aí a Constituição e o Regi-mento da Casa estabelecem que o Presidente tem 48 horas para promulgar a Lei se não o vice-Presidente o faz.

Precisamos, evidentemente, discutir isso. Me lembro que na ocasião o Deputado Algaci Túlio tinha algumas propostas de emenda que não foram possíveis de incluir no Projeto do Deputado Anibal Khury dado à tramitação do projeto que já estava em fa-se de votação, não tinha como sair de vo-tação, então ficou, inclusive o Deputado Algaci Túlio, com a incumbência de reali-zar algumas reuniões, sei que ele realizou algumas, algumas das quais nós participa-mos, para que nesta Legislatura nós pudés-samos ampliar a lei do Deputado Anibal Khury, e pudéssemos aperfeiçoar um pouco mais esta questão da regulamentação da Lei Zico no Paraná.

Veio a lei de V.Exa. propondo o ICMS, que no meu entendimento é um avanço, mas também enquanto isto a gente tem que constatar que no Paraná foi instituído também um outro tipo de loteria pela LOTOPAR e já fizemos inclusive um pedido de esclarecimento à Assembléia, a Assem-bléia já encaminhou para que nos infor-

me em qual legislação se baseou, se pautou a instituição da Loteria dos Sonhos, porque o que a gente está percebendo é o seguinte, os bicheiros pressionados pela justiça do Rio de Janeiro e aqui no Paraná estão saindo, se já não saíram alguns, do jogo do bicho e partindo para os bingos e o Estado está partindo para o jogo do bicho, porque na avaliação que algumas pessoas têm feito, a Loteria dos Sonhos não passa da oficialização do jogo do Bicho, outrora apenas na forma de uma contravenção.

Então, vejo que a CPI tem muitos temas em que se pautar e muitos assuntos a esclarecer para todos nós e eu me coloco à disposição de V.Exa. para que, dentro da necessidade, também possa contribuir com alguma idéia, com alguma sugestão, para que a gente possa realmente colocar as coisas às claras e que possa a Lei Zico aqui no Paraná, a exemplo, esperamos, esteja acontecendo em outros Estados, ela seja efetivamente uma coisa em favor do desporto.

A intenção, eu tenho certeza, da Assembléia Legislativa sempre foi neste sentido, como tenho certeza foi a intenção do companheiro atleta exemplar do país, o nosso amigo Zico.

O SR. ROMANELLI - Apenas para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é urgente que esta Casa possa pressionar com o Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Miguel Salomão, tome providências no tocante a fiscalização. O Sr. Salomão tem que regulamentar a Lei nº 11.035, ele tem vinculado a ela a SERLOPAR, o Estado não pode assistir de braços cruzados a jogatina que toma conta do Paraná. E bem disse o Deputado Nerone, os que aqui estiveram hoje, os sócios dessa empresa, eram rigorosamente testas de ferro, porque eles não conseguiam responder pergunta alguma. Os senhores conhecem algum empresário que não conhece quanto é que realizou de investimentos nos seus negócios, com o seu faturamento, quais são os números? O sócio-gerente da empresa não sabia. Seguramente há algum grandão por trás desses testas de ferro que estão ganhando muito dinheiro e eu tenho certeza que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai a fundo nisto e nós vamos pegar esses espertalhões que estão aí abusando da poupança popular, fazendo com que inclusive nós tenhamos já em Curitiba hoje pessoas que estão sendo tratadas em clínicas psiquiátricas, Sr. Presidente, porque estão viciadas em jogar bingo. Mulheres, esposas, que não tem o que fazer, é claro, e vão para estas portas de bingo e gastam o dinheiro que o marido ganha no trabalho. Seguramente deve ser o contrário também, de alguns maridos

que gastam o dinheiro que as esposas ganham, antes que aqui eu seja acusado de ser machista.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a todos e peço a atenção desta Casa para esta verdadeira jogatina que assola o Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Declina)

Horário das Lideranças: PDT, PFL, PSDB, PPR, PT, PSC e PTB.

(Todos Declinam).

Liderança do Governo. Com a palavra, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como hoje é segunda-feira, e os pronunciamentos nesta Casa versaram mais a respeito de jogos, quero trazer aqui a saudação de todos os paranistas pela conquista ontem do tricampeonato, nós que somos paranistas, estamos felizes. Respeitamos o Coritiba, mas se curvou diante da maior capacidade técnica, gerencial, empresarial do Paraná. Portanto, a saudação a todos os paranistas.

Ouvia o Deputado Romanelli daquela Tribuna falar a respeito da questão dos bingos e pedindo por duas vezes para que o Governo acorde. Imagina se este Governo não estivesse acordado, Deputado Romanelli, como estaria o Estado do Paraná. O Governador Jaime Lerner está hoje em Belo Horizonte onde participa do encontro de vinte e seis Governadores que tratam de assuntos sérios para o Estado do Paraná, assunto da maior relevância para o nosso Estado qual seja a discussão a respeito da reforma tributária, a briga e a bandeira levantada por este Governador com relação a questão ao ICMS em relação a energia.

Essa discussão a respeito dos bingos Deputado Romanelli V.Exa. não estava nesta Casa no ano passado quando aqui por diversas ocasiões cobramos do Governo passado, cobramos do Secretário da Fazenda da gestão passada, cobramos das autoridades ligadas a esta área com relação a questão dos bingos. E nós denunciávamos desta Tribuna de que muita gente ficaria rica em detrimento aos clubes amadores; fizemos nesta Casa inclusive alguns debates trazendo aqui o ex-Deputado Márcio Braga numa tarde, no Plenarinho da Assembléia, discutimos a questão Lei Zico. E lamentavelmente também não chegamos a uma conclusão, aliás, o Brasil inteiro, não é o Paraná, o Brasil inteiro não chega a uma conclusão, quem está com a razão, quem não está, se é legal, se não é legal neste País que virou uma jogatina. O Paraná não é diferente, é

todo o País que está envolvido.

A Revista Veja a questão de alguns meses atrás trouxe uma matéria extraordinária contando a riqueza, o número de cassinos, de bingos, que já é o primeiro passo para os cassinos que estão implantados neste País. Na verdade é necessário alguma coisa de cima para baixo, e até o Ministro dos Esportes. Senhor Edson Arantes do Nascimento, a figura extraordinária do jogador Pelé, ameaçou e parou, não sei porquê, seria até importante perguntar ao Pelé porquê ele parou, ele se manifestou numa ocasião até, e a coisa tornou-se pública a nível nacional que ele não estava gostando da maneira como se explorava os bingos do País, que a lei Zico não era respeitada, que os clubes amadores não estavam recebendo nada, apenas algumas fachadas de clubes laranjas, alguns diretores que de repente tornaram-se proprietários de time de futebol, não de clube, porque há uma diferença entre clube e time de futebol, o time que se arma para disputar um campeonato e depois desaparece; agora o clube é aquele que tem um bom gerenciamento a exemplo de Curitiba, de Paraná, Atlético, Londrina, Maringá e tantos outros, o time do Batel para que o Deputado Cezar Silvestri não me cobre aqui, fez uma belíssima campanha no campeonato paranaense de futebol, o time do Rio Branco de Paranaíba e tantos outros, mas que lamentavelmente são utilizados. E acho Deputado Romanelli que a grande ocasião, o grande momento está aqui agora nesta Casa, ou esta CPI, acredito que ela vai realmente mostrar, ou então nós vamos nos desmoralizar.

Esta é a grande verdade. E tenho certeza que o trabalho dos componentes da CPI é para levar a coisa realmente a fundo. Nós sabemos que existe uma corrente muito forte aí por trás de todos esses bingões aí. Se eu quiser, Vossa Excelência quiser, nós botamos agora, alugamos uma sociedade, vamos a um clube qualquer da várzea de Curitiba, pegamos uma autorização daquele clube e vamos explorá-lo, parece que a coisa funciona de maneira simples assim, simplista barbaridade.

Então não tiro nenhum mérito de seu pronunciamento, apenas no "Este Governo que acorde, ou Acorde Governo", no resto eu estou de pleno acordo com V.Exa.. É preciso uma ação mais efetiva, vou conversar com o Secretário da Fazenda, saber a quem está cabendo a responsabilidade de fiscalizar os bingos, ao Presidente da SERLOPAR, que há alguns dias estranhei a sua declaração dizendo que não havia gente suficiente para fiscalizar. Temos que dar um jeito! Fiscalizar, o Governo está na campanha Nota 10 e é preciso que todos colaborem! Não é possível que meia dúzia de

aventureiros assumam direção de bingos na cidade, arrecadem e fica a coisa como está. O Paraná precisa de arrecadação e para isso nós precisamos exigir que seja cumprida essa responsabilidade.

Temos aqui na Casa um estudo, um trabalho feito, que está aqui, que posso apresentar a CPI, vou levantar o documento que tiramos daquela reunião e encaminhar a CPI tão bem dirigida pelo companheiro Caíto Quintana.

É necessário que esta Casa, é daqui que tem que partir uma ação efetiva! A CPI, Deputado Romanelli, acredito eu, tem até o poder de pedir, através de um Mandado de Segurança, a paralisação de qualquer atividade de bingo no Paraná. Acho que nós temos este direito. Não sou contrário a jogos, cada um faz o que quer, mas tem que ser feito dentro da legalidade. Não é possível mais nós aqui passivamente estarmos criticando, nós comunicadores, eu na minha rádio, na minha emissora eu não aceito propaganda de bingos, ou de bebida alcoólica, de venda de armas, tenho que ser coerente. Agora, é preciso que tomemos uma providência, caso contrário vamos ficar nos degladiando neste Plenário, nos degladiando nestas CPIs, trazendo gente para ser ouvida e o resultado não acontece.

Vamos todos juntos levantar esta bandeira, a bandeira da moralização da lei Zico, que tinha um espírito extraordinário que era o incentivo ao esporte amador. E ninguém mais do que eu, nesta Curitiba tem corrido pelos clubes amadores, tem brigado, tem ajudado, mas lamentavelmente não vejo um clube amador melhorar um clube de futebol, volta e meia o Algaci Túlio tem que ajudar a construir a sede, a cabina do clube, o alambrado que quebrou, a bola que faltou, o material que faltou. É verdade, tenho tido uma luta muito grande, como tantos outros companheiros aqui também têm, nas suas cidades, nas suas regiões, porque nós entendemos que o esporte é necessário, é salutar, e através dele podemos forjar grandes craques, não só no futebol, em todas as modalidades esportivas amadoras. Por isso eu me somo a esta luta, quero ver esta CPI apontar os resultados, trazer a responsabilidade desta Casa aqui aqueles que estão ilegalmente explorando os bingos.

Os clubes até não são tão culpados, eles têm que sobreviver, eles têm que pagar a dívida do maldito ECAB. Ouvi há pouco o Deputado Ricardo Barros, o Deputado Jalene, que levam à frente esta CPI deste caso que é uma mina de dinheiro e a gente não vê nenhum grande artista, nenhum cantor, nenhum compositor receber o dinheiro dos direitos autorais. Portanto eu me somo a essa luta e quero realmente colaborar no sentido de que esta Casa possa fazer valer

a condição da CPI até de repente entrar com Mandado de Segurança, paralisar os bingos até que se normalize oficialmente o recolhimento dos impostos.

Concedo o aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - ... Deputado Algaci Túlio, eu também me solidarizo a posição quanto a arrecadação, mas tenho uma teoria diferente com relação aos bingos.

Parto do princípio de que o Cristal assim como todos os outros vieram e nos deram os números corretos e esses números que eles apontam mostram que apenas 1,3% de todo o arrecadado é destinado ao esporte amador. Isto faz então com que inexistente incentivo ao esporte, é uma migalha que vai para o esporte em cima dos números que eles nos passaram eu proponho a extinção dos bingos no Paraná, porque se é para termos jogatina, se é para termos todos os pressupostos que a jogatina impõe a esse mundialmente falando que é uma série de contravenções paralelas a jogatina, se os donos das casas de bingo nos mostram que do total arrecadado oficialmente, eles mostraram que apenas 1,3% vai para o esporte amador eu preferia que nós partíssemos então para uma nova proposta e extinguissemos esses bingos já existentes. Sei que é uma proposta mais complicada, mas levo em conta que a Lei Zico tinha como pressuposto nesse artigo que regulamentava os bingos que uma grande parte do dinheiro arrecadado seria revertido ao esporte amador e nunca apenas 1,3% como hoje os donos do Cristal Bingo mostraram.

Queria apenas registrar aqui um fato, lá em Maringá uma paróquia de um bairro pequeno estava promovendo um bingo num sábado à tarde com os paroquianos, coisa normal em paróquia do interior para arrecadar dinheiro. O dono da loja de bingos de Maringá, foi lá com a Polícia parou o bingo da igreja no meio, aquele bingo que estava arrecadando fundos para a paróquia em nome de uma lei que dá como reversão ao esporte amador apenas 1,3% do total arrecadado.

Deputado Algaci Túlio, gostaria que nestes termos que o governo de fato pensasse na possibilidade de que acabássemos com isso no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero agradecer o aparte do Deputado Emerson Nerone e dizer que realmente essa questão de paróquias, das creches, das escolas, nós também somos grandes incentivadores aqui em Curitiba e brigamos para que isso não aconteça. Não é admissível que você suspenda o bingo da igreja, da creche e permita o bingo oficial que está aí na cidade. Isso aí é incompreensível, eu mesmo

fiz contato com o Secretário da Segurança Pública e não há nenhuma determinação nesse sentido. Os bingos de igreja, de paróquia, aquelas brincadeiras é permitido porque esta é a mais honesta sem dúvida alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Imprensa - API", com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO DA C.C.J.. Apreciar neste turno Emenda aprovada em 2.ª Discussão. Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que dispõe sobre o apoio ao uso do calcário nas micros e pequenas propriedades rurais, que observem as diretrizes básicas de zoneamento e práticas agrícolas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.A.I.C. e C.E.M.A.. Em votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nessa segunda discussão desse Projeto de Lei, gostaria apenas, para efeito de informação e após um pedido aos nossos companheiros parlamentares, tendo em vista a importância que tem esse projeto para o nosso Estado do Paraná.

Nós produzimos neste ano que passou, cerca de 9 milhões de toneladas de milho e lamentavelmente nossa produção média por alqueire beira 137 sacas, o que evidentemente nós temos constantemente discutido a questão da agricultura nesta casa e como a produtividade nessa média é impossível que os pequenos produtores tenham a condição

de permanecer produzindo.

O calcário tecnicamente, é um insumo de alta valia para a agricultura, é o que neutraliza o poder de alumínio trocável no solo, não há como, Sr. Presidente, Srs. Deputados adubar um solo e esperar que a planta tenha a capacidade de absorção se não é através da correção do solo inicialmente para que a planta seja dada a condição de absorver os nutrientes quando o solo estiver corrigido.

O programa do Governo do Estado do Paraná que coloca 700 mil toneladas aos produtores rurais muitas dessas toneladas não serão utilizadas e eu explico porquê. Porque os agricultores não têm a condição de utilizar esse calcário como correção absoluta do solo.

Quem colocou calcáreo por exemplo o ano passado e começou a sua correção do solo, é o seu efeito máximo aos dois meses depois da aplicação, aliás começou o efeito inicial aos dois meses após a sua aplicação, com efeito máximo aos oito meses e precisava lá de cinquenta toneladas de calcário o agricultor colocou dez, se esse ano ele não conseguiu completar ele perdeu absolutamente aquilo que ele colocou. Tendo em vista os problemas ocorridos na safra, conseqüentemente no poder aquisitivo dos produtores não tem os nossos produtores a condição básica de ter corrigido de forma ideal o seu solo. Esse Projeto permite a cada agricultor com três módulos - fiscais para menos conforme determina a Lei agrícola aprovado por essa Casa, o uso de 50 toneladas de calcário lá na sua propriedade com o subsídio de 70% pelo Governo do Estado.

Muitos poderiam dizer mas é muito dinheiro pelo Estado do Paraná, não. O Calcário alimenta 30% no mínimo a produtividade quando aplicado de forma ideal. Se nós colhermos cerca de 9 milhões de toneladas, nós podemos colher mais de um milhão e setecentas mil toneladas já na próxima safra. Só com ICMS nós teríamos condição de pagar um milhão e quinhentas mil toneladas que seriam aplicadas aqui no Estado do Paraná. É um projeto que visa atender os mini e pequenos produtores determinados pela Lei, que são cerca de 80% das propriedades que ainda subsistem na nossa agricultura tendo em vistas as dificuldades por que passa o nosso País nesse setor. Acho que é um Projeto importante, com possibilidade absoluta do Estado ter de volta esse incremento colocado na produção, tivemos o parecer favorável na Secretaria da Agricultura através de uma diligência solicitada pela Comissão de Orçamento, acho que - se não me falha a memória Deputado Durval - uma diligência que solicitou a Secretaria da Agricultura um parecer com relação a esse Projeto é nós

teríamos a possibilidade, aprovando esse Projeto, de ter a oportunidade de dar aos nossos agricultores em parceria com as Cooperativas e com os Municípios a verdadeira possibilidade de o agricultor fazer a calagem do seu solo 30 toneladas é pouco, 50, discutido com os técnicos, com o Sindicato, a OCEPAR é uma quantidade que seria a ideal para que nós pudéssemos fazer a correção do nosso solo no Estado do Paraná, que segundo dados 67% do nosso solo tem acidez e nós precisamos corrigir esse solo evidentemente, porque se não nós não vamos sair dessa produtividade média que é uma vergonha para o Estado do Paraná de 140 sacas em média por alqueire, que obviamente não dá a possibilidade de o agricultor continuar a produzir.

Dessa forma gostaria de colocar essa justificativa aos nossos companheiros Deputados aqui, pela importância que tem esse Projeto para a nossa Agricultura, porque nós temos discutido quase que todo o dia os problemas que assolam a agricultura do Paraná. E pedir evidentemente o apoio para que nós aprovássemos aqui esse Projeto de Lei e também pedir a solidariedade dos nossos companheiros Deputados para que em conversa com o nosso Governador nós pudéssemos colocar em prática, sancionar esse Projeto, regulamentar que com certeza absoluta vamos aumentar a nossa produtividade dos produtos de subsistência em cerca de 30%, sem nenhuma dúvida, porque até hoje nos programas do Governo do Estado, muitos agricultores que pegaram 30 toneladas não puderam corrigir um décimo da sua propriedade e o que é pior, não podem pegar novamente insumo subsidiado pela Secretaria de Agricultura. Prefeitos do interior informam que da sua disponibilidade de quatro mil toneladas de calcário no município estão devolvendo duas mil, porque os agricultores não tem a contrapartida daquilo que o Estado não está pagando.

É claro que nós não podemos colocar um Projeto gratuitamente aos agricultores, mas um subsídio que possa dar quantidade ideal para a correção com a possibilidade de ele complementar o restante em parceria com os municípios e com as cooperativas, eu acho que é fundamental para o desenvolvimento da agricultura e principalmente para que a gente consiga manter esses agricultores, porque muitos deles estão vendendo as suas propriedades, para que a gente consiga dar uma oportunidade, um alento, um subsídio, para que realmente ele possa corrigir o seu solo, aumentar a sua produtividade e ter uma perspectiva de vida nas suas propriedades.

Muito obrigado e peço à esse projeto de lei, a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em vota-

A Mesa registra a presença de vereadores de Sengés, a convite do Deputado Renv Borsato.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Doutor Camargo - PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 48, de 10.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 165/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Doutor Camargo - PR.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, e após ter-se convertido o projeto em diligência e ter-nos sido enviada a documentação necessária, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 54, de 22.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 177/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei nº 177/95, tem por finalidade instituir o "Dia da Cultura Racional no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 07 de junho.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

182/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP", com sede e foro no Município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 54, de 22.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 182/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Toti Colaço, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury e João Techy Filho, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Doutor Affonso Antoniuk. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 30.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 195/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei de autoria dos Deputados Anibal Khury e João Techy Filho, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Affonso Antoniuk.

A Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, assim se manifesta:

"Art. 1º - São condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras".

Analizando a proposição sob os aspectos

tos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis; preenche ela os requisitos exigidos na legislação.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 206/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - "APMI", do Município de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62 de 05.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 206/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Iporã.

A matéria atende ao disposto na Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo quaisquer óbices de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 217/95, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a "Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 14.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 217/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 217/95, de autoria do Deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, com sede e foro neste Capital.

Entendemos que a presente proposição atende a todos os requisitos da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, por esta razão recebe o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 222/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública Estadual o Conselho das Entidades de Desenvolvimento Assistencial, Educacional da Comarca de Marilândia do Sul - CONEDAE. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 71, de 19.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 222/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, cumpre rigorosamente o preceituado na Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Com efeito, trata-se de entidade sem fins lucrativos; em pleno funcionamento, conforme relatório das atividades apresentado; as atividades dos diretores, conselheiros e sócios são inteiramente gratuitas; e, por fim, possui Registro em Cartório de Títulos e Documentos há mais de 1 (um) ano.

Sob os aspectos legal, constitucional e de técnica legislativa, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa Requerimento n° 2028, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2029 a 2034, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2035, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2036 a 2038, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2039 a 2041, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2042 e 2043, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2044, de autoria do

Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2045 e 2046, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2047 e 2048, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2049 a 2051, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2052, de autoria do Senhor Deputado João Techy Filho, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2054, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2055, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2056, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 165, 177, 182, 195, 206, 217 e 222/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/95;

e do de Resolução n° 016/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Ao primeiro dia do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Cláudio Romanelli, Emerson Nerone, Antonio Belinati. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a

presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Geraldo Cartário, Valdir Rossoni, Emerson Nerone, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Nelson Justus, Antonio Annibelli, Eduardo Trevisan e Luiz Cláudio Romanelli. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. O Senhor Presidente fez uso da palavra para anunciar a presença honrosa do Deputado do PDT de São Paulo Aloísio Vieira (Deputado Estadual). Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 212/95 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 202/95, do Deputado Ângelo Vanhoni e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 109/95 do Deputado José Maria. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Resolução n° 30/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 05) Projeto de Lei n° 54/95 do Deputado Antonio Belinati. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 06) Projeto de Lei n° 216/95 do Deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Valdir Rossoni e Nereu Moura. O Deputado Valdir Rossoni saúda o Deputado Aloísio Vieira e coloca a liderança do PDT à disposição, bem como, pede ajuda dos paulistas para eleger o próximo Presidente da República, Governador Jaime Lerner. O Deputado Aloísio Vieira diz ser Membro da CCJ/SP e destaca a importância de conhecer os trabalhos nas outras Assembléias Legislativas. Em São Paulo são em 94 Deputados, diz ser a estrutura muito tumultuada, os departamentos são muito grandes, enfim, após as visitas será feito um relatório para que se dê início ao processo de rees-

truturação da Assembléia Legislativa de São Paulo. Diz também estar abismado com o tempo de tramitação de um projeto de lei dentro desta Assembléia (30 dias), onde em São Paulo revogaram e aqui a intenção é implantá-lo. O Deputado Nelson Justus indaga com relação a criação de municípios e o Deputado Aloísio Vieira diz ter sido uma febre, mas que esfriou. O Deputado Presi-

Curitiba, segunda, em 07.08.95

dente Joel Coimbra dá boas-vindas e também destaca a importância do relacionamento entre Deputados, a classe tem que recuperar o prestígio, pois é muito rica de pessoas de bem. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária